“Histórias do Trabalho no Sul Global”
“Historias del Trabajo en el Sur Global”
“Labour Histories from the Global South”
I Seminário Internacional de História do Trabalho
V Jornada Nacional de História do Trabalho
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
25-28 de Outubro de 2010

Relações políticas e Militância nas associações de socorros mútuos de trabalhadores em Florianópolis – SC (1886-1932)

Rafaela Leuchtenberger

A organização de uma nova associação desde o seu planejamento pressupunha a composição de um corpo diretivo responsável por executar as deliberações propostas nos estatutos e fazer a entidade se desenvolver e prosperar de acordo com diretrizes iniciais. Isso implicava na existência, dentro do corpo social, de sujeitos dotados de capacidades e interesse para se envolver de forma íntima e presente com as questões relativas à sua organização. Para que sempre houvesse pessoas dispostas a se “doarem” pela causa, determinava-se, na maioria dos casos, que as eleições se dessem por chapas abertas, sendo o voto nominal, onde o eleitor escolhia o nome de seu candidato e o cargo que ele deveria ocupar, independente da manifestação de disposição ou não dos membros para exercer a função, e o exercício do cargo era compreendido como um dever do sócio.

Mas o bom exercício das funções exigia requisitos mínimos dos candidatos, uma vez que papéis burocráticos e políticos deveriam ser desempenhados. Dessa maneira, se por um lado a instituição obrigava seus sócios a participarem de sua vida política e administrativa, por

outro impunha diversas limitações aos mesmos, definindo, a priori, diferentes critérios que seus *líderes* deveriam possuir. A primeira restrição baseava-se em questões práticas que acabavam tornando-se pré-requisitos mesmo quando não explicitados nos estatutos, como a necessidade de se saber ler, escrever e contar, pois as atividades administrativas em geral demandam desse tipo de conhecimento.

Outro requisito de elegibilidade bastante presente nos estatutos era o de que o candidato possuísse uma idade mínima – geralmente entre 18 e 21 anos – embora na maioria das associações os menores de idade pudessem se associar, mesmo porque na época formalmente menores também fizessem parte do mercado de trabalho.

Entre as associações de oficio, as restrições apresentadas para que os sócios se tornassem elegíveis, geralmente diziam respeito ao pertencimento à categoria ou grupo profissional representado pela entidade, de forma que mesmo havendo abertura para que outros se associassem, estes sofriam restrições políticas em sua atuação interna, não podendo, em geral, votar e serem votados, restrição comumente estendida também às esposas e filhos de associados.

Além das limitações objetivamente expressas, havia a necessidade de que tais diretores possuíssem tempo hábil para se envolver com sua associação, uma vez que as diretorias deveriam se reunir ordinariamente com alguma freqüência para decidir questões gerais relativas à organização e prática da entidade. A maioria definia a necessidade de encontros mensais ou quinzenais e algumas mais otimistas estabeleciam estatutariamente a obrigatoriedade de sessões semanais.

A dificuldade de constituir um corpo diretivo engajado e a displicência na participação dos sócios diretores em suas entidades, certamente era um dos empecilhos no bom andamento de grande parte das associações. Essa situação fica bastante evidente na leitura das atas dos primeiros anos de atuação da União Beneficente dos *Chauffeurs*, onde se expõe uma grande dificuldade de se compor e manter uma diretoria.

A primeira eleição dessa associação ocorreu em agosto de 1925 e durante todo esse ano social a diretoria passou por 15 modificações, o que significou alteração de praticamente todos os nomes no decorrer da gestão, havendo até duas trocas do presidente e do vice. O processo eleitoral ocorrido para preencher a vaga de presidente logo após o primeiro pleito, apesar de não ser relatado em ata, aparenta ter sido conturbado, pois apenas quatro dias após a nova eleição o novo presidente, Antonio Vieira Machado, manifestou um pedido de renúncia.

Essa atitude teve relação com o fato de que ele não fora o candidato preferido da maioria dos sócios e acabou sendo eleito à revelia dos mesmos, devido à impugnação da candidatura do magistrado Mileto Tavares, que por ser considerado um motorista *amador* não se enquadrava nas determinações dos estatutos ainda em formação na época. Provavelmente isso gerou um mal-estar interno que levou Antonio Vieira a renúncia. Em sua fala, pedia novo processo eleitoral "para provar que (...) não tinha usado de seu prestigio nem de cabala para exercer aquele cargo"[1]. Em resposta ao seu pedido de renúncia, manifestou-se João Pio Pereira, membro da Comissão de Sindicância da mesma gestão e um dos fundadores da entidade, o qual argumentou a favor da eleição ocorrida e exaltou as qualidades do candidato eleito. O episódio teve um final romanesco, com João Pio Pereira levantando-se em apoio ao referido presidente e pedindo a "todo aquele que estivesse ao seu lado que se levantasse, o que foi feito por todos os associados presentes que declararam não ser preciso outra eleição e que estavam de acordo inteiro"[2]. O presidente retirou sua renúncia e deu-se por encerrado o caso.

Mas os problemas continuaram e dois meses depois, três membros da diretoria pediram demissão de seus cargos, sendo eles o 1° e o 2° tesoureiros (Afonso Fortkamp e Francisco de Souza, respectivamente) e o vice-presidente (Eugênio Luiz Beirão), que além da renúncia retirou-se também do corpo de associados. Uma assembléia extraordinária foi chamada por requerimento de 23 sócios, na qual novamente o Sr. João Pio Pereira, o primeiro signatário de tal reunião, manifestou-se pedindo "que a diretoria dedicasse mais amor aos trabalhos da União, pois assim vinha trazendo a discórdia entre seus associados"[3], em seguida o novo 1° secretário aproveitou para pedir demissão do cargo, o que lhe foi negado pela maioria presente. Na seqüência dessa reunião o livro-ata traz uma página quase em branco, preenchida apenas no cabeçalho com data e número de presentes. Na próxima ata, percebe-se, então, que por algum motivo a associação estava sem presidente, pois nova eleição era realizada a fim de preencher esse e os demais cargos vagos.

Desde o inicio da gestão, com o abandono do cargo do presidente eleito – no caso Guilherme Speck – e a entrada de Antonio Vieira Machado, diversos problemas e dificuldades de administração apareceram na diretoria. Problemas que se estenderam e tiveram continuidade pelo segundo ano social da entidade, de forma que menos de um mês

[1] UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n. 06, assembléia geral de 23 out. 1925. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 08. (Arquivo da Associação).
[2] Idem.
[3] Ibidem, ata n. 11, 18 fev. 1926. fl. 12.

depois da posse da nova diretoria uma discussão em assembléia ocasionou um pedido de renúncia do novo presidente, o qual foi negado pela maioria presente para que fosse, na seqüência, efetuado em forma de demissão pela mesma assembléia. As duas principais figuras envolvidas nesse processo foram então eleitas para ocupar os cargos de presidente e vice (Celso Diniz e Clemente Rovere, respectivamente). Quatro meses depois dessa posse, uma nova onda de crises políticas se instalou devido a não participação desses diretores nas sessões e ao fato de o novo presidente, Celso Diniz, ter sumido com uma quantia significativa do caixa da entidade, sem dar "a mínima satisfação à diretoria, da qual era presidente"[4]. João Pio Pereira novamente se manifestou, assumindo a direção dos trabalhos e articulando nova eleição por considerar que o presidente havia abandonado o cargo. Em 01 de fevereiro de 1927 foi eleito, então, Oswaldo Mello[5], sob manifestação de apoio de Antonio Vieira Machado, que na sessão seguinte foi convocado para assumir o cargo de 1° secretário, até então ocupado por João Pio Pereira, o qual, por carta, "em termos agravantes [que] ofendiam ao nosso digno presidente"[6], renúnciava à sua posição na diretoria, assim como à própria associação. Dessa maneira, encerram-se as atas relativas ao ano social de 1926, sendo retomadas novamente apenas quatro meses depois, quando ocorre uma nova eleição de diretoria.

Essa situação de tantas idas e vindas de diretores nos primeiros anos de atuação da União dos *Chauffeurs*, demonstra, em suas entrelinhas questões bem mais profundas do que uma simples dificuldade de se compor e manter uma administração sólida, pois expõe diferentes questões que circundavam os processos de construção e atuação de um corpo diretivo, as quais poderiam ser movidas por diferentes motivos, tanto de crises políticas e intrigas pessoais, quanto de uma falta de comprometimento dos associados com suas entidades, de inexperiência e até mesmo incapacidade daqueles que eram eleitos. O não comprometimento, por um lado, pode se explicar no fato de que as eleições na União dos *Chauffeurs*, como na maioria das associações, ocorriam com chapas abertas, sendo o voto nominal, abrindo espaço para que se elegessem pessoas desinteressadas da função. Em grande parte dessas entidades, porém, surgiam no período antecedente às eleições, propostas de

[4] Ibidem, ata n. 19, 01 fev. 1927. fl. 19.
[5] Oswaldo Mello foi jornalista em Florianópolis. Era cristão e em sua biografia consta que "dedicou sua vida aos pobres". Era sócio da União B. dos *Chauffeurs* de SC. e da União B. dos Garçons de SC. In: FLORIANÓPOLIS. Lei n. 973, de 10 de setembro de 1970. Denomina via pública na capital de Santa Catarina. (Câmara dos Vereadores de Florianópolis, doravante CMF.).
[6] UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Ata n.20, assembléia geral de 29 mar.1927. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 20. (Arquivo da Associação).

composição de diretorias, que eram divulgadas na imprensa local com a assinatura de "alguns sócios", "muitas sócios", ou mesmo "a maioria dos sócios"[7], de forma que os votos poderiam seguir uma orientação e gerar uma configuração de diretoria com algumas afinidades prévias. Ainda assim, o sistema de chapas abertas possibilitava que pessoas fossem pegas desprevenidas e sem interesse em assumir a responsabilidade que a administração de um cargo impunha, quanto de se formarem diretorias com pessoas sem afinidades políticas e até mesmo pessoais.

Mas, certamente, questões políticas eram as maiores motivadoras desse tipo de problema, porém é difícil realizar afirmações contundentes a esse respeito, pois embora as crises se evidenciem como de ordem política em diversos momentos das atas de assembléia da União dos *Chauffeurs*, principalmente em suas inúmeras trocas de diretoria, pouco se consegue recuperar dos pormenores dessas tensões. Nesse caso, pode-se apenas aferir algumas suposições, partindo de dados localizados a respeito do engajamento político de alguns dos "personagens" envolvidos. Antonio Vieira Machado, por exemplo, é citado pela bibliografia como "notório comunista" da cidade na época[8]; João Pio Pereira, além de ser irmão de um conhecido político local (o vereador José Do Valle Pereira) era do Partido Republicano Catarinense e assumiu diferentes cargos públicos, entre eles o de diretor de serviço da Diretoria de Obras Públicas, desempenhou também diferentes funções na Secretaria da Fazenda – através do Tesouro do Estado – onde esteve em exercício por longo tempo[9]. Seu nome esteve fortemente relacionado, em 1927, ao homicídio do conhecido jornalista republicano Crispin Mira, redator do Jornal *Folha Nova* que desenvolvia reportagens críticas e de denúncia. Dentre seus assassinos estava Aécio Lopes, envolvido num escândalo que vinha sendo exposto pelo jornal a respeito dos melhoramentos do porto da cidade. O assassinato ocorreu na redação do *Folha Nova* e foi vinculado na mídia durante dias. João Pio era o motorista do veículo que transportou os assassinos ao local do crime, esperando pelos mesmos e conduzindo-os depois do assassinato, sendo por isso indiciado como cúmplice e levado a julgamento. Esse crime claramente possuiu características políticas,

[7] Jornal *O Dia*, Florianópolis. passim (1890-1930); Jornal *República*, Florianópolis. passim (1890-1930).
[8] MARTINS, Celso. *Os Comunas:* Álvaro Ventura e o PCB Catarinense. Florianópolis: Paralelo 27, 1995. p. 34.
[9] FLORIANÓPOLIS. Lei n. 2005, 16 de dezembro de 1983. Denomina via pública no Saco Grande. (CMF).

tendo um final suspeito com a absolvição dos réus em julgamento realizado em outro municipio, o qual foi extremamente questionado na época [10].

É difícil identificar dentre os membros do Partido Republicano, que corrente interna da organização cada um compunha, todavia, sabe-se que nesse período o clima dentro da organização partidária era bastante tenso, devido ao surgimento de duas fortes correntes internas de grande oposição.

O conjunto de informações obtidas, embora não permita captar as relações desempenhadas pelos atores envolvidos em sua totalidade, devido à ausência de fontes, demonstra um universo rico em termos de concepções e articulações políticas presentes no meio associativo.

Na análise da composição dos cargos diretivos e das formas de envolvimento dos sócios nas questões políticas de suas associações em Florianópolis, verificaram-se situações comuns com as identificadas por outras pesquisas relativas a outros universos empíricos. A mais perceptível delas, é a existência de um grande continuísmo no exercício dos cargos de diretoria, com muitos nomes repetidos ao longo dos anos, numa manutenção ou alternância dos cargos. Em todas as associações, ao se realizar um cruzamento dos nomes presentes em diferentes diretorias de diversos anos sociais, pode-se perceber esse tipo de fenômeno – até mesmo nas associações das quais se encontrou apenas duas composições diretivas. Esse continuísmo se dava de diferentes formas, fosse com indivíduos ocupando sempre as mesmas funções, ou mudando de cargo de gestão para gestão. As duas situações são bastante visíveis na composição das diretorias das entidades aqui analisadas. É o caso de João Bernardo Soares que foi presidente da União dos Trabalhadores de Florianópolis por sete vezes, entre os anos de 1922 e 1929 e de José Maria Taboas, que na Liga Operária ocupou as funções de 1° secretário (1920), 2° secretário (1913 e 1919), vice-presidente (1924, 1925, 1926, 1928), tesoureiro (1929) e membro da Comissão de Sindicância (1910, 1911, 1917, 1921).

Porém, mais importante para a análise a respeito da existência de um grupo que se mantinha como referência política nas associações, é a verificação de que além de comporem diferentes cargos e de maneira seqüenciada numa mesma associação, esses sujeitos faziam-se presentes também no corpo associativo de outras entidades contemporâneas, em muitos casos atuando até mesmo concomitantemente em diferentes diretorias. O próprio José Maria Taboas

[10] Jornal *O Estado*. Florianópolis, 21 fev. a 05 mar. 1927; Jornal *Folha Nova*. Florianópolis, 22 fev. a 13 out. 1927. (BPESC).

além de atuar em diferentes funções dentro da Liga Operária, executou cargos em outras entidades, em 1910 era membro da Comissão de Sindicância da Liga e tesoureiro da União dos Trabalhadores de Florianópolis, em 1914 exerceria a função de presidente da Associação Beneficente de Guardamoria da Alfândega, caso parecido com o de Egydio Nocetty, que exerceu o cargo de presidente da Liga Operária em 1902, sendo ao mesmo tempo membro da Comissão de Exames de Contas da Associação dos Empregados no Comércio.

Esses são alguns exemplos alcançados a partir de um cruzamento nominativo realizado com os dados retirados de todo o conjunto de entidades analisadas, no qual se percebeu que dos 772 nomes de participantes de alguma das diretorias do conjunto de associações localizadas, 71 se repetiam na direção de mais de uma entidade, envolvendo um total de 23 associações com atuação de diretores em comum. Percebe-se, portanto, que a repetição de nomes nas diretorias dessas associações ocorria como um fenômeno do mundo associativo[11].

O caso de Florianópolis possibilita que se perceba o quanto essas "personagens" tornavam-se expoentes das relações associativas locais, pois, além de estarem à frente de suas entidades de socorro mútuo, atuavam ainda dirigindo outras organizações, como clubes, sociedades recreativas, musicais e carnavalescas, entre outras. A fim de ilustração, pode-se citar o caso da Sociedade Musical Amor a Arte, que era muito próxima de grande parte das associações de socorros mútuos desenvolvendo atividades conjuntas e participando dos eventos por elas elaborados. Essa associação teve muitos diretores em comum com as entidades de caráter mutual dos trabalhadores, dentre eles o nome de Abel Álvares Cabral, que compôs diretoria da Caixa dos Empregados no Comércio, de Domingos José Garcia, que

[11] Adhemar Lourenço da Silva trata a respeito desse fator no capítulo 5 de sua tese, denominado *Estilo e Estamento*, desenvolvendo uma tabela onde analisa os índices de renovação nos cargos de diretoria das associações no Rio Grande do Sul. Embora sua técnica seja questionável, consegue demonstrar o quanto os nomes se repetiam na maioria das associações. CEDEÑO também comenta em suas observações o fato dos nomes se repetirem em muito nas associações mexicanas por ele avaliadas e Nomelini, percebe o mesmo caso para Campinas. Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos*: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 259/260; CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las Socedades de Socorros Mútuos 1867-1880. In *História Mexicana*. Vol. XXXIII, n.01. julio-sept, 1983. p. 84; NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas* (1906-1930). 230 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 59; Vitor Manoel da Fonseca apresenta em seu estudo a respeito do Rio de Janeiro um cruzamento nominativo semelhante ao proposto aqui, no qual identifica, agrupando os nomes de fundadores/instituidores e diretores de associações, um universo de 14.557 indivíduos, dos quais, 1.796 participavam de mais de uma associação, o que equivale a 12,33% do universo total. In: FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis*: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. p. 131.

era membro da Associação dos Empregados no Comércio, de Alcides Alves da Conceição, da União dos Laboradores e de Antonio J. Coelho, do Grêmio Instrutivo B. dos Empregados no Comércio. Da mesma forma, o Centro Cívico José Boiteux tinha muitos nomes em comum, principalmente com a União dos Trabalhadores de Florianópolis, entre eles o caso de Agostinho José Germano, de Arthur Jacinto da Rosa, Fredelino Vieira da Roza, Leonel Martins dos Santos, Thimoteo José Alves e Jeronymmo Emiliano de Lima – esse último sendo também sócio da Liga Operária e da União dos Laboradores. Da mesma maneira, a associação A Médica, contou com a participação de André Wendhausen Junior e Luiz Goeldner da Caixa dos Empregados no Comércio, sendo o último membro também da Associação dos Empregados no Comércio, com Henrique Bruggmann, da União Beneficente dos *Chauffeurs* e com José Candido da Silva, da Caixa B. dos Empregados do Distrito Telegráfico. Há ainda o caso de Rodolfo Bosco, da União Operária, na diretoria da Trabalhista Futebol Club, ou de Julio Voigt Junior, da Caixa dos Empregados no Comércio, no Clube Veuntöter e, da mesma maneira, os de Joaquim Garcia Neto, da Caixa dos Empregados no Comércio, de João Baptista Fernandes, da Laboradores e de Jovita de Castro Gandra, da Associação dos Empregados no Comércio, nas diretorias da Sociedade Carnavalesca Netos do Diabo, sendo o último, membro também da Sociedade Amparo às famílias. Havia igualmente, diretores comuns no Club. Ciclysta Barriga Verde, como João Bruggmann, da União Operária e Francisco Sepetiba, da Liga Operária; e no Tiro Nacional Catarinense, como Gabriel Santos e Paschoal Simone, ambos da Associação dos Empregados no Comércio.

Em relação a esse continuísmo e certo monopólio dos cargos administrativos, podem-se elencar diferentes razões. Começando pelo citado fato de que a maioria das associações estabelecia um conjunto de exigências básicas para que o associado se tornasse apto à eleição. Dessa maneira, o grupo de possíveis candidatos não era composto pela massa total de associados, tornando-se bem mais restrito. Somava-se a isso o fato de que certamente eram mais votados aqueles que, além de possuírem as devidas condições, demonstrassem também interesse em ocupar os cargos e, dessa maneira, assumirem as responsabilidades das quais o grande grupo de sócios provavelmente preferia se alijar, devido, tanto as responsabilidades assumidas, quanto a exposição social. Essas questões se explicitam no discurso de posse do presidente da União dos Laboradores, eleito pela quinta vez ao cargo, em novembro de 1911:

> (...) Alegrava-se por ter ocasião de agradecer a confiança dos que haviam posto á testa da diretoria. Mas, ao mesmo tempo, se entristecia, (...) de um lado *pela má*

> *vontade de uma parte da tripulação, e de outro lado pelas exigências descabidas de outra parte, que desconhece os estatutos. (..)* e disse que era necessária *muita união, muita constância, muita firmeza; e pediu a todos os associados que comparecessem as sessões para, com suas excelentes idéias, sanassem os defeitos que pudessem haver no mesmo regimento. Assim todos cumprirão o seu dever. Se tal não fizerem, mais tarde não lhes assistirá o direito da censura, porquanto todos os males supervenientes serão o resultado do censurável não comparecimento*. (grifos da autora)[12]

O não engajamento e falta de interesse nas questões administrativas e políticas das associações, expressas na citação acima, podem ser facilmente observadas em diversas outras passagens de diferentes associações[13]. Na Liga Operária, por exemplo, são muitos os momentos em que essa participação eventual se apresenta. Em 1923, em Assembléia de posse de nova diretoria, a ata era iniciada com o cabeçalho de praxe, afirmando que estavam "reunidos (...) na sede social, *grande número* de associados e exmas. famílias"[14] (grifos da autora), porém, percebe-se, pelos discursos proferidos na seqüência, que a realidade não era exatamente essa, pois a fala do orador felicitava "*os que se achavam presentes à sessão por darem assim prova de seu interesse* por esta obra que há 31 anos vai se erguendo, *lutando ainda, infelizmente, com a indiferença de muitos dos que por ela se deveriam interessar*"[15] (grifos da autora). Da mesma maneira, o discurso de encerramento proferido pelo presidente da associação agradecia os presentes e afirmava que sentia pelo "*reduzido número de sócios*"[16] (grifo da autora).

Esta pequena participação dos filiados nos fóruns da Liga também é perceptível nas eleições de diretoria. Nessas votavam aproximadamente 150 sócios[17], porém, esse número era alcançado somente a partir de uma medida tomada pela entidade que burlava seus próprios regulamentos: a permissão de que associados não presentes na hora do pleito enviassem seus votos. Nas atas de 1922, isso fica bastante evidente, primeiro pela declaração de que "foram também depositadas na urna diversas cédulas fechadas e assinadas por sócios que não

---

[12] Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23 ago. 1911. n. 4923. (BPESC)
[13] Silva Junior verifica a mesma situação nas associações do Rio Grande do Sul. In: SILVA JUNIOR, Adhemar. op. cit. p. 276.
[14] LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 01 fev. 1923. Livro de atas de reuniões de 1923 a 1928, fl.01. (Arquivo da Associação).
[15] Idem.
[16] Idem.
[17] Em 1919 o associado mais votado recebeu 163 votos; em 1920 foram 117 votos; em 1921, 82 votos, e em 1922 o mais votado recebeu 165 votos. In: LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Livro de atas de reuniões de 1917 a 1919, passim. (Arquivo da Associação); Ibidem, Livro de atas de reuniões de 1920 a 1923, passim.

puderam comparecer a sessão"[18], e em segundo porque nessa eleição assinaram o livro de presença vinte e cinco associados, num contraste ao fato de que o candidato mais votado recebeu 165 votos[19]. Provavelmente essa permissividade passou a se dar pelo inexpressivo acompanhamento das sessões por parte dos associados.

Outra cláusula burlada por muitas associações era a que estabelecia um número mínimo de associados presentes para se poder deliberar nas assembléias. Essas quantidades variavam bastante indo de dois terços dos sócios em algumas associações a dez membros em outras. Os próprios estatutos buscavam contornar a dificuldade de se alcançar o número de presentes necessário, estabelecendo que a segunda chamada pudesse ser realizada com qualquer número de sócios. Mesmo assim, constantemente havia a necessidade de se convocar outras chamadas por considerar que o número de presentes não legitimava as decisões. Essa situação fica bem exemplificada na eleição ocorrida na União dos Laboradores em 1910, uma vez que sua primeira convocação foi publicada nos jornais locais em 29 de junho[20], no dia seguinte a essa data iniciou-se a segunda chamada informando que desta vez aconteceria com qualquer número de sócios, demonstrando que a primeira não havia ocorrido por falta de quórum[21]. Decisão que, pelo visto, não pode ser levada a diante, o que leva a crer que o comparecimento na sessão foi realmente mínimo, pois em 17 de julho, dois dias depois da data estipulada para a reunião, uma terceira chamada passou a ser publicada nos jornais locais, dessa vez acompanhada de um apelo do secretário da associação:

> Segundo consta, tendo a associação consócios em número superior a 300, o presidente deseja o maior comparecimento de seus associados, porquanto não se explica que achando-se a associação em todas condições e com um capital de vinte contos, não compareçam os srs. sócios para em assembléia geral escolherem dentre o grande número de associados os membros a que julgarem mais aptos e de confiança para a futura diretoria[22].

Ainda assim, não se alcançou os resultados esperados, pois novamente a sessão foi adiada, e uma quarta chamada passou a circular a partir de 20 de julho, sendo finalmente efetivada a eleição.

Provavelmente pela dificuldade de se alcançar um número volumoso de presentes, muitas associações realizavam suas sessões já na primeira chamada quando conseguiam

---

[18] LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 11 jan. 1920. Livro de atas de reuniões de 1919 a 1922, fl. 10/11. (Arquivo da Associação).
[19] Idem, f. 64/65
[20] Jornal *O Dia*. Florianópolis, 01 jul. 1910, n.4568. (BPESC)
[21] Idem, 14 jul. 1910, n.4580.
[22] Idem, 17 jul. 1910, n. 4582.

reunir um número considerável de membros, mesmo que não correspondesse a suas exigências estatutárias.

A pequena participação política e o pouco interesse constatado no grande grupo de associados em relação aos fóruns internos de suas entidades são questões que tanto podem explicar quanto ser explicadas pelo continuísmo existente na ocupação dos cargos administrativos das associações. Pois a repetição de nomes possivelmente acontecia como uma conseqüência do pequeno interesse existente na massa de associados em envolver-se, de forma que a administração das associações ficava, em geral, na mão daqueles que já estavam engajados de alguma maneira e que se sentiam responsáveis pelo andamento dos trabalhos. Da mesma forma, esse continuísmo também poderia ser o motivador de tal fenômeno, ocasionando um afastamento daqueles que não viam possibilidade de alcançar cargos de diretoria e que aos poucos iam se sentindo distantes e desinteressados pelas atividades de direção e de seus dirigentes.

Formava-se, assim, um grupo de pessoas que se diferenciava da grande massa de trabalhadores associados – alfabetizada e com tempo disponível para utilizar em prol de sua organização, além é claro, de possuírem interesse em assumir um envolvimento político. Essa *militância* era composta pelas mais variadas correntes de pensamento político, coexistindo no seio dessas entidades verdadeiras "saladas" ideológicas, formadas por seguidores da maçonaria, partidários dos preceitos católicos, republicanos de diferentes correntes internas do PRC, anarquistas e comunistas.

Como é o caso do marceneiro[23] Rodolfo Paulo da Silva, um dos fundadores da União Operária, que assumiu o cargo de vice-presidente em sua primeira gestão, em 1922 e, o de presidente, em 1923. Tornou-se, em 1928, membro da Comissão Fiscal da mesma associação, em 1929 foi seu 1° tesoureiro e em 1930 assumiu como 1° secretário. Entre o desempenho de uma função e outra, filiou-se também à Liga Operária, em 1924, assumindo a presidência dessa instituição em 1926. Segundo Vera Collaço, era "essencialmente católico"[24] e mesmo anticomunista, o que se confirma em sua atuação posterior, de 1937, quando participou da

[23] LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).
[24] COLLAÇO, Vera. *O Teatro da União Operaria:* Um Palco em Sintonia com a Modernização. 2003, 335 fl. Tese (Doutorado em História Cultural) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p.36.

fundação do Circulo Operário de Florianópolis, sendo seu primeiro presidente – frisando-se que nesse mesmo período (1937) ele atuava ainda como presidente da União Operária[25].

Foi também na Liga e na União Operária que se associou Rodolfo Bosco, na primeira, a qual se filiou em 1912[26], não assumiu nenhum cargo de direção, mas na segunda, foi orador em 1923 e 1930, além de presidente nos anos de 1928 e 1929. Bosco era republicano filiado à "Reação Republicana", organizada em 1912 por Vidal e Nereu Ramos e que se contrapunha à corrente de Hercílio Luz[27]. Era maçom, iniciado em 1918, com uma atuação bastante ativa dentro da Loja Regeneração Catarinense, na qual chegou a ser grão-mestre na década de 1950. Filho de Pedro Bosco, "um dos mais ilustres educadores de SC"[28], assumiu como vice-diretor um curso com o nome de seu pai em 1922, organizado pela maçonaria nas dependências da Liga Operária. Cadastrou-se na Liga sob a profissão de alfaiate em 1912, com 19 anos[29], mas tornou-se posteriormente professor "da Antiga Escola Industrial, hoje Escola Técnica, por 35 anos de bons serviços prestados ao ensino industrial e técnico"[30]. Estes exemplos, e outros que poderiam ser citados, tratam de trabalhadores que estavam engajados em alguma corrente política ideológica, as quais, em alguns momentos eram bastante antagônicas, apesar de que facilmente poderiam se misturar.

O conhecimento de que esses sujeitos atuaram de diferentes maneiras em organizações políticas externas às entidades mutuais só interessa aqui, no entanto, por tornar perceptível o fato de que eles estavam inseridos em ambientes onde se discutiam concepções de mundo e de sociedade e se encontravam, portanto, envolvidos – e em alguns casos, engajados – em espaços de debate e construção de uma consciência política. Essas relações certamente refletiam na participação que desenvolviam dentro de suas entidades mutuais beneficentes

Apesar de ser possível identificar essas influências no meio associativo, pouco se conseguiu concluir a respeito de disputas políticas no seio das entidades, embora em várias situações elas fiquem bem latentes, como nas tantas idas e vindas na formação das primeiras

---

[25] Havia sido seu 1° secretário em 1930, 1° tesoureiro em 1931, e presidente em 1933, 1934, 1937. In: Ibidem. p. 298/299.
[26] Idem.
[27] LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina.* Florianópolis**:** UFSC, 1993. p. 90/91.
[28] GOMES, Manoel. *Memória Barriga-verde*. Florianópolis: LUNARDELLI, 1990. p. 160.
[29] LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).
[30] Na década de 1930 "organizou em Santa Catarina a Federação Catarinense de Escoteiros, e foi chefe de escoteiros da Tropa Guarani da Capital" . FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1943, de 27 de outubro de 1983. Denomina Rodolfo Bosco via pública na capital de Santa Catarina. (CMF).

gestões da União Beneficente dos *Chauffeurs*, anteriormente citadas, ou no processo de ruptura e fundação de novas entidades – ocorrida, por exemplo, com os empregados do comércio.

A Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio (SBCEC), foi fundada em 1886, por vinte comerciantes, atuou congregando a categoria de forma unificada até 1898, quando um grupo de associados se retirou da entidade para fundar uma nova associação sob o argumento de que a Caixa dos Empregados do Comércio havia estancado suas atividades e sofria um grande abandono[31]. Instalou-se, assim, em 1889, a Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados no Comércio, que, em 1902, numa reforma estatutária, passou a se chamar apenas Associação dos Empregados no Comércio – ASSEC[32]. Esta se organizou rapidamente e, com um ano de existência, contava com 180 sócios contribuintes. A Associação dos Empregados no Comércio posicionou-se, então, como a principal representante da categoria, assumindo como bandeira – e, posteriormente, como mérito seu – a luta pelo fechamento das portas aos domingos, reivindicação aprovada pela Câmara municipal em 14 de maio do mesmo ano de 1889[33], quatro meses depois de sua instalação. Porém, essa instituição também passou por uma crise interna que levou ao seu rompimento. Com apenas um ano de existência, um grupo de 43 membros descontentes retirou-se da entidade para fundar uma nova associação – o Grêmio Instrutivo Beneficente dos Empregados no Comércio –, alegando que alguns diretores fundadores da Associação dos Empregados no Comércio haviam realizado uma tentativa de golpe e manobras políticas para se manterem no poder. Argumentavam, ainda, que havia se formado um grupo que dominava os cargos na diretoria. A figura chave do processo de ruptura foi Leonidas Branco, um dos fundadores da Associação dos Empregado no Comércio e membro constante de suas diretorias, ocupante, principalmente, da função de 1° secretário até 1904. O estopim para ruptura, segundo uma carta aberta explicativa dos sócios que se retiraram da instituição para fundar a nova organização, foi a expulsão, anteriormente ao processo eleitoral, de diversos sócios os quais possuíam grandes chances de se eleger[34].

---

[31] Jornal *O Mercantil*. Florianópolis, 24 mar. 1901, n.13, ano II. (BPESC)
[32] Ibidem, 21 mai. 1902. n. 13.
[33] NOSSA SENHORA DO DESTERRO. Código de Posturas, 1889. Art. 102, cap. VI: Sobre Armazéns, Tabernas, Confeitarias e Quitandas. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. p. 21. (BPESC).
[34] Jornal *O Mercantil*. Florianópolis, 24 de março de 1901. n.13, ano II (BPESC).

Muitas dos expoêntes políticos envolvidos com as associações, iniciaram suas atividades políticas dentro dessas organizações, que se configuravam como um espaço propício para o desenvolvimento de uma consciência política e de classe, tornando-se, em muitos casos, *escola* onde muitos sujeitos aprenderam a militar. Em alguns casos, esses deram continuidade posterior aos ensinamentos retirados dessas entidades, através de uma atuação engajada na política local. Álvaro Ventura e Manoel Alves Ribeiro, por exemplo, iniciaram sua militância na União dos Trabalhadores de Florianópolis[35].

Álvaro Ventura participou da direção da União dos Trabalhadores por várias vezes, exercendo diferentes cargos. Em 1920, foi seu vice-presidente, em 1922 e 1927, assumiu o cargo de 1° secretário e, em 1929, exerceu a função de 3° secretario. Manteve uma militância expressiva na esquerda catarinense, iniciada nas campanhas pelas 8 horas de trabalho – movimento ao qual deveu sua primeira prisão em 1910. Envolveu-se com o anarquismo em São Paulo em 1914 e, nesse ambiente, participou do movimento anti-guerra dos anos de 1917-1918, quando estabeleceu contatos com Edgard Leuenroth e Astrojildo Pereira. Em 1922, já de volta à Florianópolis, filiou-se ao PRC por considerar que era necessário atuar pelas vias legalistas para se alcançar grandes objetivos. No PRC, participou das campanhas eleitorais de Lauro Müller, em 1918, tendo como vice Hercílio Luz[36]. Nos anos 1930, foi eleito suplente como deputado classista[37] de A. Pennaforte, assumindo o cargo com a morte do mesmo em 1933, quando manteve uma atuação bastante contundente, nos discursos e campanhas que levantou no plenário. Dizia-se marxista-leninista e, na época do exercício do mandato de deputado, tornou mais sólida sua aproximação com o PCB, onde acabou desenvolvendo uma ampla militância.

Por outro lado, havia pessoas que se filiavam a essas instituições trazendo consigo uma militância anterior bastante desenvolvida e, em alguns casos, até mesmo com uma carreira política engatilhada, utilizando, em muitas situações, as estruturas das entidades como *instrumento* ou *palanque* para suas atividades. Esse parece ser o caso de João Câncio de Souza Siqueira, Tenente-Capitão, vinculado à Força Pública Municipal, que foi uma figura chave na formação e nos primeiros anos de atuação da União dos Trabalhadores. “Os

[35] MARTINS, Celso. op. cit. p.19.
[36] Ibidem. p. 15/26.
[37] No governo Vargas, quarenta deputados foram escolhidos por grupos profissionais independentemente dos distritos eleitorais – 18 representavam os empregadores e 17 os empregados, 3 as profissões liberais, 2 o funcionalismo público. In: LEVINE, Robert A. *O Regime de Vargas*. Os anos críticos (1934-1938) Citado nos comunas, p. 55.

estivadores encarregaram o negociante Sr. João Câncio de S. Siqueira para organizar a sociedade, que aceitando esse encargo já está providenciando para que essa sociedade seja fundada em agosto próximo"[38].

João Câncio era bastante engajado na política local através de sua participação no Partido Republicano Catarinense. Justamente em 1910, ano de fundação da União dos Trabalhadores, o PRC enfrentava um momento de crise interna, pois se dividia, com o surgimento de uma corrente, denominada "Junta Civilista", encabeçada por Hercílio Luz e formada no intuito de apoiar a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. A "Junta" foi formada por pessoas bem próximas a Hercílio Luz, como seu filho e genro, e teve João Câncio de Souza como seu 2° secretário. No outro lado, apoiando o Marechal Deodoro, estavam Lauro Müller, Felipe Schmidt e os membros da família Ramos. A oposição a Hercílio Luz manteve-se no governo do Estado de 1910 até 1918, primeiro com Vidal Ramos (1910 – 1914) e depois com Felipe Schmidt (1914 – 1918). No ano de 1918, numa tentativa de unificar as duas correntes, constituiu-se no PRC uma chapa para disputar o governo do estado, com Lauro Müller encabeçando e Hercílio Luz como seu vice. Foram eleitos e Lauro Müller nem chegou a assumir o cargo, passando-o para Hercílio, que tomou posse e manteve-se no poder, por meio de reeleição, até 1926. Em contraponto a essa situação, formou-se, dentro do PRC em 1918, a chamada "Reação Republicana", que teve à sua frente a família Ramos.

João Câncio de Souza dirigiu a União dos Trabalhadores até o ano de 1914, durante, portanto, todo o mandato de Vidal Ramos. No decorrer desses anos, teve um papel significativo dentro dessa associação, com sua imagem completamente vinculada à mesma, como demonstra um episódio ocorrido em 1912, no qual, devido ao constante descumprimento dos estatutos, João Câncio chegou a fazer um pedido de renúncia, alegando ter sua autoridade questionada, todavia, os presentes à assembléia não aceitaram sob o argumento de que isso "importaria no aniquilamento da sociedade (...) por não achar quem o substitua." [39]

A União dos Trabalhadores, desde seu início se propunha uma associação de resistência, o que certamente tinha completa relação com o fato de agregar categorias com forte tradição militante, como portuários e estivadores, todavia, essa atuação também deveria

[38] Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23 jul. 1910. n. 4587. (BPESC).
[39] Jornal *Folha do Commércio*. Florianópolis, 23 jan. 1912, p.02. apud: DUMMEL, Fabio. op. cit., p. 16.

se pautar, ou ao menos se fortalecer, no fato de que seu principal membro e presidente possuía fortes desavenças políticas com o então governador do Estado. Para João Câncio, a União dos Trabalhadores poderia facilmente ser um instrumento de atuação política, já que enquanto cidadão não possuía características que o envolvessem com o meio associativo dos trabalhadores, uma vez que era militar de patente considerável, com ganhos significativos, além de possuir uma colocação social e política relevante. Sua saída da União dos Trabalhadores, em 1914, foi bastante marcante para a entidade, que sofreu até mesmo um baque econômico, chegando a suspender alguns de seus benefícios[40]. Quanto a sua militância política no PRC, deu a ela continuidade, assumindo a função de Ajudante de Ordens do governador[41], em 1918.

Essa relação de figuras bem assentadas no cenário político e social local, fossem eles grandes empresários, políticos ou membros de famílias tradicionais – quando não reuniam em si as três características – com as associações de trabalhadores era bastante comum e foi percebida por grande parte dos estudos que analisam o fenômeno mutual[42].

Esses sujeitos certamente possuíam muitos interesses em manter relações positivas com esse tipo de entidades, que eram espaços de reunião de diversos grupos de trabalhadores e que, mesmo – e principalmente – nos momentos de sociabilidade e convivência, possibilitavam a discussão e reflexão sobre as mais variadas situações do dia a dia e tornavam-se, dessa maneira, ambientes extremamente propícios para o surgimento tanto de movimentos reivindicatórios, quanto de reação, o que poderia ser evitado diante da existência de uma intervenção próxima por parte dos interessados. Assim, não são poucos os casos em que se consegue verificar a presença de trabalhadores e patrões nas mesmas entidades.

Exemplos dessas situações podem ser facilmente percebidos entre os sócios da Associação dos Empregados no Comércio, como no caso de Octavio de Oliveira e seu patrão,

---

[40] Jornal *O Dia*. Florianópolis, 18 ago. 1914. n. 7621. (BPESC).

[41] O ajudante de ordem tem como função dar assistência direta ao governador, desempenhando um cargo de confiança para o qual são indicados.

[42] Ver: RALLE, Michel. *A Festa Militante*. O Espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha, 1850-1920). In: BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira (org.). *Culturas de Classe*. Culturas de Classe. Campinas: Unicamp, 2004. p. 82; MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha. São Paulo. Hucitec/Prefeitura da São Caetano do Sul, 1992. p.198/199; SILVA JUNIOR, Adhemar L. Op. cit. p. 117; NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas* (1906-1930). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007. p.39; POPNIGIS, Fabiane. As sociedades caixeiras e o "fechamento das portas" no Rio de Janeiro(1850-1912). *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 06, Campinas: UNICAMP/IFCH, 1999. p. 118.

Paschoal Simoni[43], dono de uma agência de jornais e revistas e de uma livraria[44]. Ou de Luiz Goeldner e Antonio Rodrigues Pereira, empregado da Casa Goeldner e Cia[45]. Partindo dessa perspectiva, a presença de Eduardo Horn – político catarinense do Partido Republicano, que assumiu o cargo de deputado estadual – enquanto sócio da União dos *Chauffeurs*, ganha muito mais sentido quando se sabe que ele era dono de uma agência de automóveis (1927) e que já fora presidente da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos – CCUS (1908)[46]; assim como sua filiação à Associação dos Empregados no Comércio passa a ganhar mais lógica quando se verifica que o mesmo foi presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e que era também responsável por comissões e consignações, era agente de companhias de navegação, vendia cereais por atacado e era ainda exportador de couro[47]. Da mesma forma, a presença de Carl Hoepcke Junior na mesma Associação e na Congregação de Marítimos e pescadores de Santa Catarina, faz-se mais compreensível quando se pensa nos interesses que poderiam decorrer de seus negócios, uma vez que era importador, agente de Companhias de navegação e herdeiro de fábricas de pregos e pontas, de gelo e de rendas e bordados, entre outras. O grupo empresarial Hoepcke era o maior contratante da mão-de-obra operária de Florianópolis, pois concentrava no inquérito industrial brasileiro de 1907, 50% desse tipo de força de trabalho do município.

Nos mesmos termos, pode-se compreender a permanência de Heitor Blum no quadro associativo do Grêmio Instrutivo e Beneficente dos Empregados no Comércio e na Congregação de Marítimos e Pescadores, pois ele também era agente de companhias de navegação. O caso de Blum ilustra também outro conjunto de interesses que levavam esses sujeitos sociais a filiarem-se em entidades de trabalhadores – os eleitorais. Blum teve uma carreira política bastante estável, herdada de seu pai Cel. Emilio Blum[48]. Sua participação em entidades de trabalhadores, certamente se explica nos interesses que estas lhe representavam.

---

[43] Jornal *O Comércio*. Florianópolis, 20 maio 1901, n.08, ano I. (BPESC).
[44] Indicador Comercial, industrial e profissional do Município de Florianópolis, 1928. p. 19. (BPESC).
[45] Jornal *O Comércio*. Florianópolis, 14 mar. 1901, n. 03, ano I. (BPESC).
[46] COMPANHIA DE CARRIS URBANOS E SUBUSRBANOS, Florianópolis. Ata de assembléia extraordinária do dia 26 de abril de 1908. In: Jornal *O Dia*. Florianópolis, 03 maio 1908, n. 3049. (BPESC).
[47] Anuário Catarinense, 1904. p. 175, 179; Indicador Municipal de Indústria e Comércio, 1927. p. 72, 77, 80; Indicador Comercial, industrial e profissional do Município de Florianópolis, 1928. p. 02, 04, 08. (BPESC).
[48] Assumiu cargos importantes, como o de promotor público, em 1910, da comarca de São Miguel e da Palhoça, de onde saiu somente em 1913, por ter sido nomeado procurador-geral da república, em caráter interino, função que ocupou três vezes (1913, 1921 e 1924). Em 1914, foi oficial do gabinete de Felipe Schmidt e também nomeado diretor da Escola de Aprendizes Artífices da cidade. Foi Secretario do Interior e Justiça, no governo de Adolfo Konder e, em 1927, foi nomeado prefeito de Florianópolis, exercendo o mandato até 1930. Em 1938, foi nomeado assistente técnico da Seção Geral do então Departamento das Municipalidades, passando a ser diretor-

No âmbito eleitoral, o fato dessas entidades reunirem grandes conjuntos de trabalhadores das mais variadas ocupações poderia significar a construção de uma base de apoio popular, assim como uma imagem social positiva. Mas, certamente, o maior interesse nesses termos se pautava na possibilidade de reverter esses contatos em votos. Em Florianópolis, a grande maioria dos eleitores era composta por lavradores, (40% do eleitorado, em 1902), seguida pelos comerciantes (16,6%), os artistas (12,3%) e os funcionários públicos (11%). Contrapondo-se a todas essas categorias, havia os eleitores da classe dominante – formada pelo que se denominou na época como proprietários, industriais e negociantes – representando juntos uma quantia irrisória de apenas 1,68% dos votos. Considerando-se que as associações beneficentes de trabalhadores aglutinavam-se no centro da cidade (zonas eleitorais que concentrava 50% do total de votos), percebe-se ainda mais a importância que os políticos viam nessas associações, pois nessa área o eleitorado era formado, em sua maioria, por comerciantes, artistas e empregados públicos[49], que superavam o número de lavradores. O mesmo cenário se repete para os anos de 1903, 1904 e 1905[50].

Assim, certamente não eram poucos os políticos locais que se aproximavam dessas instituições, mesmo que através de uma relação apenas baseada na prestação de serviços, na doação de bens, no ato de presentear a instituição ou mesmo de se fazer presente em seus eventos.

A presença de patrões e políticos no mesmo ambiente associativo de empregados e eleitores, certamente inibia a atuação dos trabalhadores, inclusive devido ao fato de que aqueles senhores, em boa parte, acabavam assumindo cargos de diretoria, uma vez que possuíam todos os predicados ideais para exercer tais funções. Com isso, acabava-se reproduzindo no seio da entidade o sistema hierárquico vivenciado nas próprias relações de trabalho e sociais. Por outro lado, para as instituições e os trabalhadores por elas representados, estabelecer esse tipo de relação também poderia ser muito vantajoso, tanto em termos de ganhos financeiros, quanto de poder político ou mesmo de capital social. Assim, as entidades buscavam estabelecer aproximação e demonstravam seu apreço de diferentes maneiras, através dos instrumentos que possuíam – no envio de convites, quando realizavam

---

geral em 1942. Em 1947, foi nomeado Subprocurador do Estado, aposentando-se no mesmo ano. Exerceu, ainda, vários cargos políticos e de confiança sem remuneração, como o de Conselheiro Municipal, em 1923, 1924 e 1927, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal, além de ser agente consular e representante do Estado em diversas comissões e representações.

[49] ALISTAMENTO GERAL DOS ELEITORES FEDERAIS, procedido e revisado no ano de 1902 de conformidade com a lei n.35 de 25 de janeiro de 1892, 1902. (BPESC).

[50] Ibidem, 1903; 1904; 1905. (BPESC).

qualquer tipo de evento social, ou informando a respeito das atividades internas ocorridas na associação, assim como da troca de suas diretorias Mas, em boa parte, a principal forma de firmar bons contatos se dava através da entrega de um dos títulos de sócio existente na entidade (de benemérito, honorário, protetor, etc.).

Em troca disso, as associações faziam uso das vantagens que essas relações lhes proporcionavam, como conquistas no campo político ou em benfeitorias, assim como facilidades burocráticas e administrativas. Ademais, esses "padrinhos" também significavam diferentes tipos de doações e ganhos financeiros.

Pela forma como essas relações políticas baseadas em interesses se desenvolveram nos meios associativos, elas acabaram por se tornar, de alguma maneira, essenciais e até mesmo necessárias ao andamento das atividades desempenhadas pelas associações. Assim, foram ganhando, ao longo do tempo, um espaço que as constituiu enquanto empecilho para um grande conjunto de sócios, impedindo-os – mesmo que de maneira naturalizada e diluída – de ascenderem internamente e desenvolver políticas para suas entidades. Da mesma forma, privilegiavam a entrada e atuação de pessoas que, por sua colocação social e financeira, não se enquadravam no meio associativo dos trabalhadores, enquanto trabalhadores, mas que se inseriam por apresentar algum conjunto de vantagens para a associação.

Embora a grande massa de associados não se sentisse atraída por esses jogos políticos, encontravam em suas entidades outro conjunto de interesses, não menos políticos, mas muito mais condizentes com a realidade e as necessidades que possuíam, levando-os a se sentirem parte e a se somarem ao meio associativo das mutuais.